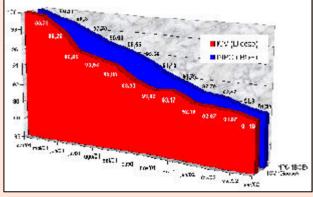
Índice do Dieese aponta reajuste necessário de 9,66% em maio



Foi divulgado pelo Dieese na última terçafeira a variação do Índice de Custo de Vida (ICV) de 0,74% para o mês de abril. Com isto, a inflação anual ficou em 9,66%, percentual indicado pelo Departa-

Solon entrega a pauta ao presidente Rubens Coetho indicado pelo Departamento Intersindical para recompor o valor real dos salários. O valor real dos salários na Copasa foi reduzido a 91,19% do estabelecido na última data-base.

Este índice será defendido pela Comissão de Negociação



que se reúne com a direção da Copasa na terça-feira, dia 14, para discutir a Pauta de Reivindicações da categoria.

O INPC, normalmente utilizado pela empresa ainda não foi divulgado. **PÁGINA 3**

Sindicato amplia cursos de CIPA

PÁGINA 2

Em 12 meses recebemos apenas 11,6 salários

Futuro das águas discutido na ALMG

1º de Maio na AECO serviu para cobrar compromissos



Com o Clube da AECO, no Barreiro, completamente lotado, o SINDÁGUA cobrou da direção da COPASA todo empenho possível para assegurar a qualidade e eficiência da empresa, começando pela maior valorizacão dos trabalhadores. Solon lembrou o início das negociações do acordo coletivo, marcando a prioridade dada pelos trabalhadores na discussão da Participação nos lucros e recuperação dos salários.

PÁGINA 2



Página 2 09 de maio de 2002



ICV do Dieese

A inflação engordou

Solon Pereira

O índice de reajuste necessário divulgado pelo Dieese é um alerta importante para os trabalhadores e quer dizer literalmente: o dragão inflacionário volta a crescer e está à beira dos dois dígitos anuais. O ICV acumulado em um ano e que deve ser utilizado para recuperar o valor real dos salários atingiu 9,66%.

Como demonstra o gráfico reproduzido na página 3 deste jornal, este percentual reflete a diferença dos salários de abril deste ano em relação a 1º de maio do ano passado. Isto quer dizer que, apenas em abril, a inflação comeu 9,66% do salário real da última data base. O gráfico em questão procura mostrar as dentadas que o dragão inflacionário deu mês a mês nos salários. O buraco deixado por todas as dentadas em um ano equivale a 67,8% do salário alcançado com o Acordo Coletivo de 2001.

A situação reflete o gradativo empobrecimento do poder de compra dos nossos salários, comprometendo seriamente o padrão de vida familiar. Deve-se destacar que justamente o período de menor valor real dos salários coincide com o momento consagrado para pagamento dos impostos (IPVA, IPTU) matrículas e materiais escolares. O novo salário reajustado pelo acordo coletivo acaba servindo para pagar dívidas acumuladas pela própria depreciação salarial.

Estas demonstrações são mais que suficientes para que todos nós nos empenhemos com responsabilidade na mobilização garantidora de um Acordo Coletivo representativo. Neste momento em que o interesse coletivo dos trabalhadores está posto em uma mesa de negociação com os patrões, é de bom grado que todos se unam em torno dos mesmos objetivos e se evite misturar partidarismo e manipulações ideológicas com o real interesse da categoria. O sindicato tem sido vítima de grupos que tentam inflamar a divisão e desunião dos trabalhadores, que pode ser mortal para direitos consagrados.

A hora é de somar forças, de nos fortalecermos na capacidade de trabalho e de mobilização de cada companheiro. Como vem acontecendo na administração do Sindicato, o espaço democrático para outros propósitos fica resguardado e respeitado. Apenas cobramos uma reflexão de todos para uma participação apropriada e responsável na defesa dos direitos e reivindicações da categoria.

Presidente do SINDÁGUA

Solon cobra respostas objetivas da Copasa no dia do Trabalhador

"Nada temos o que comemorar como trabalhadores neste país em que o governo federal prioriza o desemprego para atender receitas de credores internacionais." O discurso do presidente do SINDÁGUA, Sólon Pereira, deu o tom de denúncia nas comemorações do 1º de Maio como "um dia de resgate da consciência e da luta, para defender direitos ameaçados".

Sólon aproveitou a presença na solenidade do novo presidente da Copasa, Rubens Coelho de Mello, para ressaltar a importância de uma postura de diálogo justo da empresa nas mesas de negociação, de forma a valorizar o empenho da categoria, que luta para derrotar várias investidas de políticas privatizantes e de dilapidação da empresa para entrada de terceirizações.

Maior preparação para exigir segurança e saúde no trabalho

O SINDÁGUA está enviando para todos os diretores, delegados e representantes sindicais material destinado a "Curso de Cipeiros", com apostila preparada pelo Departamento dos Aposentados da Copasa – Dacop. Cada dirigente recebe apostilas e questionários de avaliação, até que todo o curso seja ministrado.



O trabalho é resultado da dedicação de vários companheiros aposentados e do empenho do companheiro Píer Giorgio Senesi, que historicamente demonstra fascínio pelos trabalhos da CIPA dentro da empresa.

Segundo o presidente do SINDÁGUA, Sólon Pereira, a intenção é facilitar a participação dos trabalhadores em todos setores da empresa nos cursos, fazendo investimentos que possam garantir um maior esclarecimento dos companheiros e, principalmente, "que tenhamos uma empresa inteira comprometida em oferecer condições adequadas para o exercício do trabalho com segurança e saúde".

Convênio entrega aos associados remédios com descontos de até 50%

O SINDÁGUA, COPASS e AECO assinaram um importante convênio que possibilitará a compra de medicamentos em Belo Horizonte. O convênio foi realizado com a drogaria "Neo Saúde", idealizada pelo Ciefas (Comitê de Integração das Empresas Fechadas de Assistência à Saúde) para atendimento dos planos de saúde autogeridos, ou seja, administrado com a participação dos associados.

Além de adquirir medicamentos com descontos que variam de 30 a 50%, a Neo

Saúde entrega os produtos na empresa ou nas residências. Para isto, os solicitantes dos medicamentos devem ligar para o telefone 0800 283 1080, que serão prontamente atendidos.

No ato de assinatura do convênio, que será administrado pela AECO, o presidente do Sindicato, Solon Pereira, destacou a importância da medida para atender os trabalhadores e seus familiares, que costumam ficar com contra-cheques zerados mediante o menor atropelo à saúde.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: Sólon Pereira - Diretor Responsável: José Geraldo do Nascimento - Jomalista Responsável: José Gieraldo Ribelro - MG 02.717 JP - Diagramação e Ante Final: Luiz C. Nicolau - Changes: Dekko - Tinagem: 9.000 exemplares - Impressão: Gratica Fumaro.

SINDÁGUA MG - Rua Congonhas, 518 Santo António - Belo Horizonte-MG - CEP 30.330-100 Fone: (031) 3297-7227 - FAX: 3297-7224 - e-mail: sindaqua@uol.com.br

09 de maio de 2002 Página 3

Copasa garante data-base em 1º de maio e marca primeira reunião de negociação

A direção da Copasa marcou para o dia 14 de maio a primeira reunião de negociação da pauta de reivindicações apresentada pela categoria para o Acordo Coletivo 2002. Na última semana, a empresa já enviou documento ao SINDÁGUAgaran-



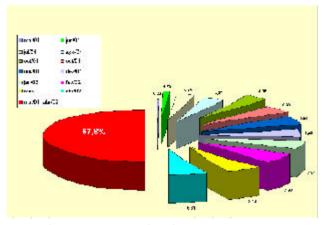
tindo a data-base da categoria em 1º de maio, possibilitando a retroatividade dos índices que vierem a ser acordados nas negociações.

Em reunião com o presidente da empresa, Rubens Coelho de Mello, o presidente do SINDÁGUA, Sólon Pereira, lembrou que os trabalhadores optaram por apresentar uma "pauta de reivindicações" enxuta, apontando objetivos prioritários e certos da renovação de todas as conquistas de acordos anteriores. Sólon chamou atenção principalmente para a grande expectativa dos trabalhadores quanto

ao pagamento da Participação nos Resultados, apontando o estudo realizado por uma comissão de trabalhadores, que levantou todas as alternativas para pagamento do direito à categoria. Outra questão abordada pelo Sindicato foi a solicitação para que a empresa possibilite avanços promocionais de trabalhadores para vagas deixadas em função de desligamentos através do PAAV. Sólon lembrou a importância de resguardar atividades que são imprescindíveis para a definição de qualidade nos serviços prestados pela empresa.

Dieese: Cesta básica para BH deveria ser de R\$ 118,25

O Dieese divulgou nesta semana o valor de R\$ 118,25 da cestabásica para uma pessoa adulta em Belo Horizonte. Ainda pelo Departamento Sindical, o salário mínimo necessário para as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) deveria ser, em abril, de R\$ 1.143,29, como dispõe o Art. 7°, item IV da Cosntituição Federal.



Perdas acumuladas em um ano comeram 68,26% do salário

O Dieese divulgou o índice acumulado que deve reajustar os salários em 1º de maio, para reparar as perdas salariais desde a última data-base. O ICV (Dieese) de abril ficou em 0,74%. Com isto o reajuste necessário nos salários é de 9,66%. Estimativas de 0,5% de inflação em abril pelo INPC (IBGE), prescrevem um reajuste salarial de 9,35% (INPC-IBGE)

No gráfico ao lado, podemos ver como são significativas as perdas salariais dos trabalhadores mês a mês. Vemos um quadro de inflação progressiva, que rói os salários de forma sistemática. Se somarmos todos os pedaços perdidos nos salários mês a mês, chegaremos a um número assustador, que demonstra como perdemos nosso poder real de compra. Tudo somado, perdemos exatamente 67,8% de um salário em um ano. Como exemplo, em um salário de R\$ 1.000,00, o trabalhador teve um prejuízo de R\$ 678,00, em um ano. A política de reajustes anuais de salários mos-

MESES	PERDAS
mai/01	0,22
jun/01	1,72
jul/01	3,75
ago/01	4,37
set/01	4,95
out/01	6,98
nov/01	6,98
dez/01	6,83
jan/02	7,81
fev/02	7,93
mar/02	8,13
abr/02	8,59
mai/01- abr/02	68,26

tra como uma inflação supostamente baixa compromete o padrão de vida de nossas famílias.

A noção deste problema é suficiente para que os trabalhadores se manifestem e participem ativamente da Campanha Salarial 2002. Temos pela frente uma luta importante para garantir reivindicações essenciais, como o pagamento da Participação nos Resultados, que representa a maior expectativa dos trabalhadores em relação às negociações.

Página 4 09 de maio de 2002

Todo o estado se mobiliza para discutir o futuro das águas

A Assembléia Legislativa (ALMG) está promovendo desde 12 de abril até 3 de julho o seminário legislativo Águas de Minas II, interiorizando os debates em cidades-pólo das principais bacias hidrográficas no Estado. O seminário tem dois objetivos básicos:

1- avaliar a implantação das políticas estadual e federal de recursos hídricos e a adoção de seus institutos e instrumentos de gestão;

2-colher subsídios junto à sociedade, de forma participativa, para a fundamentação de leis relacionadas à gestão das águas, com vistas à recuperação e à conservação da qualidade e da quantidade das águas nas bacias hidrográficas localizadas em Minas Gerais

Os trabalhos terão o seguinte temário:

Maio

Dia: 14 - Patos de Minas

Dia: 16 - Paracatu Dia: 23 - Ipatinga

Dia: 24 - Governador Valadares

Dia: 28 - Poços de Caldas

JUNHO

GESTÃO DAS ÁGUAS - Condição atual dos comitês; participação da sociedade e dos usuários nos comitês das bacias: envolvimento do setor agropecuário; água e geração da energia elétrica; águas minerais e a política estadual de recursos hídricos. AGÊN-CIA DE BACIAS - Natureza Jurídica: modelos e experiências de

agências. Gerenciamentodas

águas: Instrumentos

Legais-Plano diretor, cobrança pelo uso da água, outorga, sistemas de informação e comunicação, enquadramento de cursos dágua. Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e outros mecanismos.

O SINDÁGUA acompanha de perto a organização do seminário e convida os compa-

de Atendimento ao Cidadão (CAC) da ALMG (Rua Rodrigues Caldas, 30, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, pelo fax (31) 3290-7670 ou tel (31) 3290-7800. Já foram realizados debates nas cidades de Lagoa Santa, Araguari, Uberaba, Capitólio, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Teófilo

Dia: 4 - Caratinga nheiros para participarem dos debates em suas Dia: 7 - Pirapora regiões e no seminário de fechamento em Belo Dia: 9 - Montes Claros Dia: 2 - Juiz de Fora Para participar do seminário legislativo (de **JULHO** 1 a 3 de julho em Belo Horizonte), os interes-Dias: 1, 2 e 3 em Belo Horizonte sados devem formalizar inscrição no Centro Otoni, Araçuaí.

CATEGORIA COBRA DIREITO À PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A participação nos Resultados analisada de forma mais ampliada deveria contemplar todos os consumidores dos serviços de uma empresa, sobretudo se tivermos sua caracterização como uma "Empresa Pública"

A Lei 10.101/2000 tratou de regulamentar uma prescrição da Constituição de 1988, para que as empresas discutíssem com os trabalhadores o pagamento de sua Participação nos Lucros e Resultados. Desde então todos os sindicatos vêm discutindo com suas respectivas representações patro-



nais a definição dos valores de participação. Temos um levantamento do Dieese que demonstra uma grande quantidade de greves realizadas em todo o País, tendo como principal objetivo a luta pelo

Comissão de estudo da Participação nos Resultados reunida no Sindicato direito à PLR.

> Aqui mesmo em Minas, temos exemplos importantes de cumprimento da lei por empresas estatais e de economia mista, como é o caso da Cemig, que vem pagan

do religiosamente o direito, em negociações com a Federação de Urbanitários e com os sindicatos dos eletricitários de todo o Esta-

A Comissão de Trabalhadores que estudou alternativas, para pagamento da Participação nos Resultados, estará participando da reunião com a empresa na próxima semana, subsidiando as negociações com a Copasa. Um trabalho específico sobre a Participação nos Resultados será distribuído brevemente pelo sindicato aos trabalhadores.